

Apogeu e Queda do Ensino da Língua Portuguesa em Hong Kong

*Francisco Pelicano Antunes**

No século XIX e, pelo menos, até às primeiras décadas do séc. XX, o crioulo português de Macau era a língua de comunicação local entre os naturais do Empório, incluindo chineses, e falantes de outras nacionalidades e etnias, a avaliar pelas palavras do missionário americano Samuel Williams (1836), que o caracterizava como “a medley of Portuguese and Chinese; and the idioms and pronunciations of it are so corrupted from pure Portuguese, that those speaking it are nearly unintelligible to one newly arrived from Lisbon” (Williams, 1836, p. 431)¹.

O jornalista Marques Pereira, em 1899, apontava a falta de escolas e de professores reinóis como causas da crise prolongada do ensino em Macau, o que teve como consequência, segundo ele, a falta de proficiência linguística e comunicacional da comunidade macaense relativamente à língua portuguesa:

Deu isso em resultado de, ainda não há muito tempo, ser raro encontrar-se um macaista que não fallasse com toda a correcção o inglez, com boa grammatica e boa pronuncia, emquanto seria difficillimo achar-se algum que sustentasse uma conversação em portuguez legitimo. (Pereira, 1899/1995, p. 55)²

O patuá, conforme atestam os testemunhos coevos, constituía então a língua materna (L1) dos falantes de ascendência luso-oriental, utilizada em casa, no seio da família e também na escola, pelo que o português era, para essas crianças e adolescentes, uma língua segunda³.

* Assistente Eventual (Faculdade de Letras da Universidade de Macau)

¹ Williams, S. W. (1836, January). Jargon spoken at Canton. *The Chinese Repository*, 4, 428-435.

² Pereira, J. F. M. (1899/1995). (Org.). *Ta-ssi-yang-kuo (Grande Reino do Mar do Ocidente): Arquivos e anais do extremo-oriental português, 1863-1866*. (Série I, Vols. I-II). Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/ Fundação Macau.

³ Os termos “língua estrangeira” e “língua segunda” são aqui usados como equivalentes, à semelhança dos autores de expressão inglesa, sobretudo americanos. Há, porém, os que recorrem à primeira expressão para designar uma língua diferente da materna, utilizada

Dessa realidade sociolinguística dava conta, em 1919, o projecto do primeiro regulamento da Escola Comercial de Macau, subscrito pelo secretário da comissão directora, Alípio Ubaldy de Oliveira, ostracizando o crioulo e recomendando que o português fosse ensinado como língua estrangeira⁴, dadas as notórias dificuldades dos alunos cuja L1 era o *patois*:

O *patois* será completamente banido da Escola, devendo para isso o português ser ensinado como se fosse uma língua estrangeira, pois os alunos acostumados como estão a falar *patois* em casa com as famílias terão as mesmas dificuldades em aprender o português que tem no inglês ou francês. (Oliveira, 1919, citado em Guedes & Machado, 1998, p. 239)⁵

Já em 1914 a comissão encarregue de fornecer propostas para a reforma da educação pública em Macau, no relatório elaborado para o governo, afirmava que as crianças macaenses “nem sempre encontram na escola um elemento de correcção permanente para os vícios e tendências do dialecto local.

Para as crianças de Macau, sem sombra de exagero, a língua portuguesa chega a ser uma língua estrangeira” (citado em Silva et al., 1996, p. 76)⁶.

De acordo com Amaro (1998)⁷, pelo menos até ao início do século XX os portugueses reinóis ridicularizavam o falar da terra e alguns dos usos e costumes da tradição indo-malaia dos falantes macaenses, o que, para além de patentear o preconceito em relação ao crioulo, comprovava

para um fim específico, como o ensino, e à segunda para significar um idioma sem esse estatuto especial implícito (e. g. Crystal, D. (2008). *A dictionary of linguistics and phonetics*. (6.ª ed.). Malde: Blackwell Publishing).

⁴ Note-se que, na época (todo o séc. XIX e, pelo menos, o primeiro quartel do séc. XX), o ensino de uma língua estrangeira não diferia substancialmente do de uma língua materna. Recorria à explicitação das regras gramaticais do idioma a estudar e à tradução literal (palavra a palavra), através da elaboração de listas de vocábulos descontextualizados; estava também centrado em textos que funcionavam como pretextos para exercícios de gramática e para a prática da leitura.

⁵ Guedes, J., & Machado, J. S. (1998). *Duas instituições macaenses: Associação promotora da instrução dos macaenses – Escola comercial “Pedro Nolasco”: 1871-1878-1998*. Macau: APIM.

⁶ Silva, A. dos S. et al. (Org.). (1996). *Documentos para a história da educação em Macau* (Vol. 1). Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

⁷ Amaro, A. M. (1998). *Das cabanas de palha às torres de betão – Assim nasceu Macau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/ Livros do Oriente.

a vitalidade do idioma local e do quanto ele era, então, um elemento estruturador da cultura dos portugueses de Macau.

Apesar destes comentários e opiniões e do contexto sociolinguístico subjacente, o maquista sofreu um processo de descrioulização ao longo do século XIX e, de forma mais acentuada, no decurso do séc. XX – graças sobretudo à imprensa e ao ensino em português –, com a emergência de um *continuum* pós-crioulo que Graciete Batalha ainda testemunhou e registou nos anos 50 e 60 de Novecentos, designando-o por “falar actual” (Batalha, 1988, p. 119)⁸.

O declínio do *papiá* de Macau, acelerado pelos intensos contactos com o português europeu, que foi assimilando, também não passou despercebido a João Feliciano Marques Pereira: “Este *patois* tende a desaparecer, graças à criação do Liceu e ao grande número de escolas portuguesas que vão disseminando abundantemente pelos filhos de Macau o perfeito conhecimento da língua portuguesa” (Pereira, 1899/1995, p. 168).

O preconceito linguístico, social e até pedagógico em relação à língua crioula está bem patente em algumas das linhas do relatório de supervisão escolar do governo de Hong Kong referente ao ano de 1889, indicando que nas 4 escolas portuguesas em funcionamento na colónia britânica, e com altos padrões de ensino, era utilizado o crioulo de Macau – “with its slovenly habit of substituting in Chinese fashion adverbial phrases for the several tenses and moods of verbs, and in other ways turning the Portuguese language into a Chinese-like patois” (citado em Bickley, 2002, p. 326)⁹ – que era, no entender do relator, extremamente prejudicial para a aprendizagem, por provocar nas crianças não apenas “great trouble when they reach the higher standards and have to do parsing and analysis according to the rules of the Portuguese Grammar” (citado em Bickley, 2002, pp. 326-327), mas também por habituar a mente delas a um raciocínio desestruturado, debilitando-lhes a força de carácter, pelo que se tornava necessário adoptar o português vernáculo naquelas instituições educativas:

If it is necessary for Portuguese children, as I am convinced it is, that they should first learn to express their thoughts in their own language be-

⁸ Batalha, G. N. (1988). *Glossário do dialecto macaense: Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

⁹ Bickley, G. (2002). *The development of education in Hong Kong 1841-1897 as revealed by the early education reports of the Hong Kong government 1848-1896*. Hong Kong: Proverse Hong Kong.

fore they commence the study of English, they surely ought to be taught, both in school and at home, to express their thoughts in a grammatically correct form of Portuguese, though it need not be the classical language of Camoens. (citado em Bickley, 2002, p. 327)

Do ponto de vista linguístico, a prolongada situação de crise no sector educativo de Macau (em particular o encerramento das instituições de ensino de referência na última metade do século XVIII) acabou por ser benéfica para o crioulo macaense, tendo permitido a manutenção, por mais tempo, do *ecossistema* sociolinguístico propício à sua conservação, particularmente sem a pressão exercida pela língua oficial de ensino nas escolas “no sentido de aporuguesar a instrucción publica da colonia”, como defendia Pereira (1899/1995, p. 55).

A fundação do porto franco de Hong Kong em 1841, ao emergir como o centro económico de referência da região, com mais vantagens do que Macau – que deixara de ter o estatuto de plataforma única nas trocas mercantis entre o Império do Meio e o mundo –, originou a saída do Território de muitos comerciantes de diferentes nacionalidades à procura de melhores condições para o crescimento dos negócios, nomeadamente britânicos que utilizavam a Cidade do Nome de Deus como sede desde 1654 (Carroll, 1961/2007)¹⁰, e também de inúmeros jovens escriturários ou contabilistas macaenses (Braga, 1969/1997)¹¹ que acompanharam a deslocalização para Hong Kong das empresas onde já trabalhavam no entreposto português.

Em 1846 eram referenciados 50 portugueses com actividade profissional em Hong Kong, sobretudo nos sectores comercial e bancário, mas também na administração pública (Sá, 1999)¹². Em 1848 haveria no entreposto britânico 300 portugueses e em 1860 esse número ascenderia a 800 (Braga, 1969/1997). Em 1897, de acordo com estimativas demográficas governamentais, residiam na colónia vizinha 2263 portugueses¹³,

¹⁰ Carrol, J. M. (1961/ 2007). *A concise history of Hong Kong*. Hong Kong: Hong Kong University Press.

¹¹ Braga, J. M. (1969/1997). O ensino da língua portuguesa em Hong Kong, algumas notas para a sua história. In A. S. Silva (Coord.), *O ensino da língua portuguesa em Hong Kong*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

¹² Sá, L. A. de. (1999). *The boys from Macau – Portuguese em Hong Kong*. Macau: Fundação Oriente/ Instituto Cultural de Macau.

¹³ Desses, 1241 tinham nascido no entreposto britânico (Endacott, 1973).

931 dos quais naturais de Macau e muito relutantes em adoptar a cidadania inglesa, segundo refere Endacott (1973, p. 252)¹⁴: “The Portuguese were very slow to adopt British nationality”.

Os censos de 1911 (Faure, 1997, p. 49)¹⁵ registavam 2558 portugueses em Hong Kong¹⁶, numa população urbana que totalizava 5185 europeus e americanos (“ingleses”, segundo o critério do documento estatístico) e 3482 “indianos e outros”, o que reflecte bem a importância da comunidade lusa no seio da população urbana da colónia britânica. Mais significativo é o facto de a percentagem de crianças em idade escolar (dos 5 aos 15 anos) ser, entre os portugueses, o dobro da registada em todas as outras nacionalidades presentes em Hong Kong, incluindo a população urbana indiana. O número de aprendentes portugueses, segundo a mesma fonte, totalizava cerca de 614.

Os portugueses de Macau, que constituíam uma comunidade “aclimatada” (Faure, 1997, p. 50), tinham um papel muito relevante não só na actividade económica do território sob administração britânica – em particular nos sectores comercial e bancário e na edificação da estrutura administrativa –, mas também na intermediação linguística (tradutores-intérpretes), como salientam Carroll (2007) e Braga (1969/1997):

The Portuguese, who where more likely than the British to marry Chinese and to speak Cantonese, appear to have ranked intermediate between other Europeans and Eurasians. (Carroll, 2007, p. 42)

[...] falavam, desembaraçadamente o cantonense e adquiriam o conhecimento do inglês falado sem grande dificuldade, podendo, assim, ser satisfatórios intérpretes dos seus patrões no seu trato com os comerciantes chineses. (Braga, 1969/1997, p. 17)

A comunidade portuguesa de Hong Kong não cabia nos critérios de classificação demográfica das autoridades britânicas; constituía um grupo

¹⁴ Endacott, G. B. (1973). *A history of Hong Kong*. Oxford: Oxford University Press.

¹⁵ Faure, D. (1997). (Org.). *Society: A documentary history of Hong Kong*. Hong Kong: Hong Kong University Press.

¹⁶ Estes dados demográficos são tanto mais elucidativos do peso da migração portuguesa de Macau para Hong Kong quanto no mesmo ano as estatísticas contabilizavam 3601 portugueses a residir no território sob administração portuguesa (Cónim, C. N. P. S., & Teixeira, M. F. B. (1999). *Macau e a sua população, 1500-2000: Aspectos demográficos, sociais e económicos*. Macau: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos de Macau).

social *à parte*, de identidade *híbrida*, assim caracterizado pelo jornal *China Mail* de Março de 1921:

The Portuguese of Hongkong form a European community settled in the tropics, thoroughly acclimatised, and apparently not recruited to any extent from Europe.

In one sense therefore they are indigenous; but in another alien, as they retain their allegiance to their own country, and their connection with the Portuguese Colony of Macao. While a few of the better educated like to cultivate the literary language of their country, they attach greater importance to a knowledge of English, so much so that there is no demand for the study of Portuguese in the schools which their children attend. The speech of the lowest classes is a degraded form of Portuguese mixed with Chinese, of no literary possibilities. The Portuguese learn English early in life and quite readily; and the education given in the schools which they attend assumes that this is so. (citado em Faure, 1997, p. 50)

O “significativo” fluxo migratório de Macau (Endacott, 1973, p. 175) para Hong Kong – através de levas regulares que se mantiveram ao longo das décadas de 40 e 50 de Oitocentos por razões diversas mas, sobretudo, pelas vantagens materiais oferecidas pela colónia britânica (Braga, 1978/1997)¹⁷ e pelo acentuado declínio económico de Macau – levou ao aparecimento de escolas destinadas aos jovens emigrantes.

Os primeiros estabelecimentos de ensino ocidentais – alguns deles também deslocalizados de Macau, como aconteceu com a Morrison Education Society School, que mudou para a colónia vizinha em 1842 (Carroll, 2007) e foi, de facto, a primeira instituição de ensino europeia a estabelecer-se na colónia da coroa britânica – foram criados em Hong Kong no segundo quartel do século XIX pelas sociedades missionárias protestantes, logo após a fundação do Entreposto, e eram direccionadas para a evangelização dos chineses.

A primeira escola destinada à juventude de Macau terá surgido em Hong Kong em 1848 por iniciativa de um padre católico; tratava-se de um estabelecimento de ensino anglo-português destinado a rapazes, onde o ensino da língua lusa tinha pouca expressão (Braga, 1969/1997).

¹⁷ Braga, J. P. (1978/ 1997) Catholic churches and schools in Hong Kong. In A. S. Silva (Coord.), *O ensino da língua portuguesa em Hong Kong*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

Em 1850 abriram mais três estabelecimentos de ensino para portugueses em Hong Kong (também por iniciativa privada) destinados sobretudo ao ensino da língua inglesa e onde eram ministradas apenas algumas aulas em português¹⁸ (Braga, 1969/1997, p. 19).

As escolas abertas nessa época para darem apoio à juventude macaense estabelecida em Hong Kong, quase sempre por iniciativa das missões católicas, visavam, na perspectiva de Cameron (1991, p.113), assegurar não só uma educação cristã mas também “à inglesa”, e inauguraram desse modo, no entender do mesmo autor (Cameron, 1991), o processo que dotou os gabinetes governamentais e os escritórios comerciais da possessão britânica de funcionários e empregados portugueses idos de Macau, situação que se manteve, segundo o investigador, até ao terceiro quartel do século XX¹⁹.

Os factos parecem corroborar essa opinião. Saliento alguns:

i) Endacott (1973, pp. 88 e 90) relata que um secretário chefe português, J. M. d’Almada, chegou a ocupar o lugar de secretário colonial (“colonial secretary”) em 1854, embora o facto tenha gerado algum desagrado por ele não ser súbdito britânico; nesse ano, refere o historiador, 16 portugueses integravam o corpo dos polícias voluntários encarregues da protecção de Hong Kong.

ii) O governador de Hong Kong, em 1884, numa alocução proferida no St. Joseph’s College (Braga, 1969, pp. 27-28), confirmava que a maioria dos funcionários das repartições públicas era de origem portuguesa ou chinesa.

iii) Nos anos 20 e 30 de Novecentos, o Conselho Legislativo (“Legislative Council”) de Hong Kong tinha, entre outros, alguns membros da comunidade portuguesa, que eram ouvidos nas questões da administração local (Endacott, 1973, p. 294; Carroll, 2007, p. 113).

¹⁸ O Anexo A disponibiliza informação mais detalhada sobre a situação do ensino da língua portuguesa em Hong Kong no final do século XIX.

¹⁹ O grande número de portugueses e outros europeus no aparelho administrativo do território sob jurisdição inglesa explica-se também, segundo Carroll (2007), pelo facto de eles serem considerados como menos corruptos, mais eficientes, mais fiáveis e igualmente mais leais ao império britânico do que os chineses. O mesmo investigador salienta que muitos desses postos ocupados na função pública de Hong Kong eram transmitidos de pais para filhos.

iv) Em 1940 dois candidatos da comunidade portuguesa concorreram à eleição para membros do Conselho Municipal (“Urban Council”), tendo passado a integrar esse órgão de poder autárquico (Cameron, 1991, p. 243)²⁰.

v) Muitos euro-asiáticos e portugueses, assegura Carroll (2007, p. 124), serviram de intermediários entre a administração japonesa e a população chinesa durante a ocupação de Hong Kong (1941-1945).

vi) Após a libertação de Hong Kong da ocupação nipónica em 1945, as tarefas da administração eram imensas e houve necessidade de recrutar pessoal. Muitos portugueses arranjaram emprego nessa altura em posições de destaque e de responsabilidade na função pública, o que não deixou de ser realçado pelo governador em exercício (Cameron, 1991, p. 269).

Para os portugueses a escolaridade era assegurada sobretudo pelas escolas católicas²¹ – subsidiadas pela administração do Entrepósito a partir de 1882 (Braga, 1969/1997) através de um programa de apoio denominado “Grant-in-aid Scheme” – e pelo próprio governo da colónia britânica, através da rede de ensino público que foi implementando ao longo do século XIX, não só na senda da tendência verificada no Reino Unido e em toda a Europa da época para laicizar o ensino, retirando o controlo da educação pública da influência da Igreja, mas também como reflexo, em parte, da procura crescente de uma educação segundo padrões britânicos por parte de uma classe média chinesa em visível ascensão (Carroll, 2007) em Hong Kong.

A iniciativa privada, pioneira na implantação de escolas para portugueses no território sob administração inglesa, foi todavia tendo uma importância cada vez mais residual na difusão da língua portuguesa, tal como o próprio idioma de Camões que, embora fizesse parte dos programas de ensino do governo, foi registando uma procura decrescente, proporcional à perda progressiva de importância das escolas portuguesas (enquanto estabelecimentos de ensino de língua veicular lusitana) no sistema de ensino público de Hong Kong e à integração da comunidade lusa na realidade económica, política, social e linguística da possessão britânica.

²⁰ Cameron, N. (1991). *An illustrated history of Hong Kong*. Oxford: Oxford University Press.

²¹ John Carroll (2007, p. 41) sustenta a este respeito: “Many Portuguese from old families in Macau, often educated by Catholic missions there and in Hong Kong, worked for the colonial government and for British firms as clerks and interpreters.”

O periódico *China Mail*, já anteriormente referido, observava o seguinte relativamente à situação do ensino entre a comunidade portuguesa da Colónia em 1921:

Indigenous, yet of alien nationality, domiciled half here, half in Macao, it might be hard to establish the precise educational claim of the Portuguese. [...] Their schooling is amply supplied by the various Roman Catholic Missions. In any case the demand for a good supply of educated Portuguese to fill clerkships, especially the higher ones, would have to be satisfied. (citado em Faure, 1997, p. 52)

Os relatórios anuais de inspecção escolar, em particular a partir do último quartel de Oitocentos (Bickley, 2002), registam essa realidade, ainda que de modo esparso. O Quadro 2. mostra o panorama das escolas portuguesas e católicas (tipicamente associadas à comunidade lusa) em Hong Kong com base nos raros e fragmentários²² dados constantes daqueles documentos para a supervisão da educação pública, elaborados para o governo da colónia britânica entre 1870 e 1894, e que se reportam apenas às escolas supervisionadas ou apoiadas financeiramente pela administração.

Após 1890, e acompanhando a tendência de política educativa do governo de Hong Kong de integração plena de todas as comunidades na colónia, nomeadamente a portuguesa, o ensino de português no entreposto britânico passou a não ser incentivado, medida agravada com a introdução dos exames de Oxford e Cambridge que davam acesso aos estudos superiores no Reino Unido (Braga, 1969/1997) e a que quase todas as escolas, incluindo as católicas, aderiram.

Assim, se houve na vizinha colónia, ao longo do séc. XIX, escolas portuguesas e outras frequentadas por alunos lusos, o português como idioma de instrução foi perdendo importância mesmo nos estabelecimentos de ensino portugueses, que passaram gradualmente a ensinar inglês e a integrar-se no projecto governamental de subvenção das instituições educativas de utilidade pública chamado “Grant-in-aid Scheme”, introduzido no final de 1882 pelo governo de Hong Kong.

²² A adjectivação só se aplica, obviamente, às informações relativas ao ensino de portugueses, que são realmente escassas nos referidos “Reports on Education”.

Se é certo que o alheamento crónico dos responsáveis portugueses em relação a esta realidade – traduzido no facto de nunca ter havido, por parte do governo de Macau ou do de Lisboa, nenhum apoio político-institucional coerente ao ensino da língua portuguesa no território vizinho até aos anos 40 do século XX (Batalha, 1985)²³ – contribuiu também, ainda que não de forma decisiva, para a condenação da comunidade portuguesa de Hong Kong ao afastamento da língua lusa, a realidade é que os portugueses de Macau se foram integrando na sociedade de Hong Kong, tendo acabado por optar pelo inglês como forma natural de assimilação. O relatório de 30 de Julho de 1914 encomendado pelo governo com vista à reorganização do ensino público em Macau registava:

É doloroso para nós portugueses ouvir as famílias macaenses falar em inglês quando recebem, de visita, os seus filhos, vindos de Shanghai ou de HongKong, por estes se exprimirem melhor nessa língua do que no próprio dialecto local.

[...] Se nos recordarmos que muitas crianças [de Macau] abandonam a escola depois da instrução primária, ter-se há uma ideia dos seus fracos conhecimentos da nossa língua, conhecimentos que se perdem depois, com extrema facilidade, nas colónias vizinhas para onde emigram: HongKong, Shanghai e outras. (citado em Silva et al., 1996, p. 76)

Relativamente a esta conjuntura, José Maria Braga (1969/1997, p. 30) defende: “enquanto que os pioneiros que foram de Macau para Hong Kong sabiam todos razoavelmente a sua língua, as duas gerações seguintes [...] estavam, lamentavelmente, deficientes a este respeito, não sendo surpreendente que o interesse na aquisição dum bom conhecimento da língua nacional morresse entre os portugueses de Hong Kong”.

Este entendimento, no entanto, é bem diferente da análise constante do relatório de supervisão escolar de Hong Kong referente a 1888, que criticava o uso do crioulo de Macau em três escolas portuguesas da colónia britânica frequentadas por 211 alunos portugueses educados “exclusi-

²³ Batalha, G. N. (1985). O ensino da língua portuguesa em Hong Kong. In *Actas do congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (Vol. 1). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

vely in the local variation of the Portuguese language”²⁴ (Bickley, 2002, p. 312), que constituía, na perspectiva do relator, “[...] a slovenly colloquial form of speech, deficient in accidence and syntax (idem, ibidem, p. 327).

Assim, considerando fontes da época, é razoável inferir que o português ensinado nas escolas católicas de Hong Kong era uma língua estrangeira para grande parte dos educandos portugueses do império britânico.

O subsídio consignado no Diploma-Legislativo n.º 196, de 1 de Agosto de 1931, concedido anualmente pelo governo de Macau às escolas do Território e às de Hong Kong para manterem uma aula de português (Teixeira, 1982)²⁵, surge já num momento em que o ensino da língua portuguesa na colónia britânica entrara há muito em crise irreversível e a comunidade lusa aí radicada, perfeitamente integrada no território vizinho, e até já afastada das tradições da sua cultura matricial (Braga, 1978/1997), não sentia a necessidade do idioma português nos currículos escolares²⁶.

ANEXO A. Situação do ensino da língua portuguesa em Hong Kong no final do século XIX

Em 1870 havia 2 alunos portugueses na Escola Central e o número de mestiços (“half-caste boys”), que é razoável supor serem, pelo menos em parte, luso-orientais, tinha crescido consideravelmente (Bickley, 2002, p. 138).

Das escolas subvencionadas pelo governo de Hong Kong em 1881, três tinham o português como língua de ensino e pertenciam à Igreja Católica. Nas restantes, que eram católicas e protestantes, o inglês era a língua utilizada (Bickley, 2002, p. 230). Entre as escolas católicas com ensino inglês contava-se o St. Joseph’s College, a cargo dos “Christian

²⁴ Mais adiante, no ponto 9 do mesmo documento, o redactor especifica que esses aprendizes recebiam uma educação europeia “in the local dialect of the Portuguese language” (Bickley, 2002, p. 313) sem, no entanto, aprenderem inglês nem chinês.

²⁵ Teixeira, M. (1982). *A educação em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura.

²⁶ Em 1883, quase meio século antes, já o padre Cassian indicava: “As a result of the strong impetus given to English studies the interest of both parents and boys in the Portuguese language dwindled down year after year” (citado em Bickley, 2002, p. 527).

Brothers”, frequentado principalmente por crianças portuguesas (rapazes), e orientado essencialmente para o ensino comercial (Braga, 1978/1997, p. 71). O Colégio estava dividido em duas secções distintas: uma para meninos chineses e a outra para portugueses (Bickley, 2002, p. 231).

Em 1881 as duas escolas de Victoria, uma para rapazes e outra para meninas, estavam sob a supervisão da Missão Católica Romana, embora o ensino da religião não constasse do currículo. Também era norma de uma dessas escolas, a de rapazes, ter turmas mistas de portugueses e chineses, contrariamente ao St. Joseph's College, onde estavam separados (Bickley, 2002, p. 231).

As restantes escolas católicas subvencionadas pelo governo em 1881 e que seguiam uma educação de padrão europeu utilizavam como língua de ensino o português, como a St. Francis'Portuguese School (ensino infantil) e as Bridges Street Ragged Schools (uma masculina e outra feminina), estabelecimentos de ensino anglo-portugueses sob a orientação das Irmãs Italianas da Caridade. Ambas as Bridges Street Ragged Schools (para meninas e para rapazes) estavam vocacionadas para acolher crianças portuguesas carenciadas (Bickley, 2002, p. 232; p. 281).

Em Hong Kong, em 1882, existiam duas escolas católicas (não nomeadas pelo relator) que usavam o português como língua de ensino. Porém, o St. Joseph's College, uma escola “bem organizada” que tinha alunos chineses e portugueses, utilizava apenas a língua inglesa como veículo linguístico de ensino (Bickley, 2002, p. 239).

Na Government Central School para rapazes, com aprendentes de várias nacionalidades, havia também educandos portugueses.

O St. Joseph's College era considerado, no relatório de 1882, como a mais importante instituição de ensino da comunidade portuguesa, frequentada maioritariamente por alunos (rapazes) que falavam apenas português, embora a língua de ensino fosse a inglesa (Bickley, 2002, p. 240).

Em 1883 havia 3 escolas com 197 alunos que ministravam uma educação europeia em português (Bickley, 2002, p. 254).

Em 1884, o relatório de inspecção escolar registava 822 crianças em instrução que tinham uma educação europeia quer em inglês, quer em português. As línguas de ensino eram, nas escolas supervisionadas pelo governo, inglês, português e chinês, e das disciplinas oferecidas pelas escolas anglo-chinesas constava o português (Bickley, 2002, p. 264).

Em 1885 há o registo de 3 escolas católicas para as crianças portuguesas onde o português era a língua de ensino e 2 outras que tinham o inglês como língua veicular, mas frequentadas também por meninas portuguesas (Bickley, 2002, p. 274).

No relatório de 1885 figurava um quadro (Quadro 1.) com a frequência dos alunos portugueses no St. Joseph's College de 1881 a 1885 e a respectiva admissão a exame, que transcrevo:

QUADRO 1. Cômputo de alunos portugueses matriculados e examinados no St. Joseph's College entre 1881 e 1885²⁷

St. Joseph's College. European Division.

Years	Number of Scholars on the Roll	Number of Scholars Examined	Number of Enrolled Scholars Examined
1881	240	111	46.25
1882	256	105	41.01
1883	240	149	62.08
1884	219	141	64.38
1885	186	123	66.12

Fonte: Bickley, 2002, p. 281

QUADRO 2. Escolas católicas e portuguesas em Hong Kong entre 1870 e 1894, de acordo com os relatórios do governo sobre educação

Ano	Escolas	Língua de ensino	N.º de alunos portugueses
1870	3 católicas	português	
1881	3 católicas	português	
	2 católicas	inglês	
	1 católica	inglês	240

²⁷ O "Grant-in-aid Scheme" era atribuído a cada estabelecimento de ensino em função do número de alunos com sucesso nos exames.

Ano	Escolas	Língua de ensino	N.º de alunos portugueses
1882	2 católicas	inglês	
	1 católica	inglês	256
1883	3 portuguesas	português	197
	1 católica	inglês	240
1884	1 católica	inglês	219
1885	3 católicas	português	
	2 católicas	inglês	<i>meninas portuguesas</i>
	1 católica	inglês	186
1888	3 portuguesas	crioulo de Macau	211
1889	4 portuguesas	português	236
1890	4 portuguesas	português	280
1891	4 portuguesas	português	184
1894	3 portuguesas		

Fonte: Bickley, 2002